



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



Quando se olham os dados, vê-se hoje a falta que ainda faz a poupança pública – continuamos endividados, o Estado continua endividado. A falta de poupança pública foi suprida pela vinda de investimento estrangeiro.

No último ano, o investimento estrangeiro direto atingiu 30 bilhões de dólares. No tempo em que fui Ministro da Fazenda, o investimento estrangeiro era de 1,2 bilhões de dólares. Agora, a gente recebeu, nos últimos meses, 2 bilhões por mês, de investimento direto. E esse investimento não é privatização. Privatização é uma parte pequena, hoje, desse investimento. É investimento que vem, e também não é só da grande empresa. Quando se olham os dados do Banco Central, vê-se que todos os dias entra investimento direto – não me refiro a empréstimo, dinheiro para indústria, para serviço – são 20 milhões, 30 milhões, 40 milhões. É muita gente investindo, muitas empresas investindo.

Bom, 30 bilhões por ano é uma soma importante. Só que – já lhes dei a informação – a formação bruta do capital fixo é 20% do PIB. Se imaginarmos que o PIB, depois da desvalorização, deve ser da ordem de 700, 750 milhões de dólares, isso significa que 20%... para ser mais fácil, 700. São 140 bilhões – eu estou falando em dólar – 140 bilhões de dólares.

Ora, 30 bilhões é o que é investimento de fora, 110 bilhões são daqui. Todos os anos, estamos investindo 110 bilhões de dólares. Daí que a idéia que alguns têm, de que está havendo uma desnacionalização, é superficial. Temos que olhar os dados, no seu conjunto, para verificar qual é o processo que está efetivamente ocorrendo. Está havendo, sim, uma presença de capital estrangeiro que, de alguma maneira, supriu a falta da poupança pública, mas não houve o esmorecimento da poupança privada. Ao contrário, ela cresceu, ela continua crescendo.

Mas não é só isso. Não se trata apenas, para poder fazer face aos desafios do mundo contemporâneo, não se trata apenas de fazer investimento. É preciso fazer muitas outras transformações, que é o que temos tentado fazer, em alguns casos com êxito, outros com menos êxito.

O Estado teve que modificar a sua estrutura. Em que sentido? É que, se vai haver menor participação do investimento direto do Estado, se

vai haver maior participação do setor privado, no investimento – privado nacional e privado estrangeiro –, isso não quer dizer que o interesse da população não tenha que ser cuidado. O interesse nacional continua também existindo. Então, nós criamos as agências controladoras, os órgãos reguladores.

Quer dizer, na medida em que os Ministérios deixaram de ter a função de eles próprios serem gestores de empresa ou investidores diretos, eles não deixaram de ser os Ministérios? Sim, deixaram, mas o Estado não deixou de ter a ação reguladora. Olhando o quê? Olhando o consumidor, o interesse do consumidor e o interesse do País a médio e longo prazos. E esse órgão tem que ser forte, tem que ser poderoso, porque vai se confrontar com interesses produtivos muito grandes. Daí porque, na nomeação dos gestores desses órgãos, fiz questão de frisar sempre que a gestão tem que ser de pessoas com capacitação técnica. Não podem vir porque são de tal ou qual partido – podem até ser, mas não é por isso que vêm, e acho nem são – não é por isso que vêm, e têm que passar pelo crivo do Senado, para ter uma delegação de poder que seja mais, digamos, aberta, mais transparente aos setores políticos, aí, sim, é que vão olhar a condução dessas políticas de uma maneira ampla.

Criamos a Agência Nacional do Petróleo, criamos a Agência Nacional de Telecomunicações, criamos a Agência Nacional de Energia Elétrica, criamos a Agência Nacional de Águas, criamos a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Estamos criando a Agência Nacional de Transportes – uma ou duas, não sei ainda – e por aí vai. Quer dizer, estamos criando uma série de órgãos que possam fazer face ao novo momento da História do Brasil. Isto é que é a mudança da estrutura do Estado. Não é a questão da administração, do funcionário que é muito importante, mas é de outra natureza. Aqui, é a estrutura do Estado. O setor, antigamente, de produção direta passa a ser um gestor controlador, mas passa a ter uma função mais difícil e talvez mais importante até porque lhe diz respeito, tem que olhar não para o lucro da empresa, mas para o que a empresa dá para o País, o que dá para o povo do Brasil.

Em alguns casos, o processo avançou. No caso da telefonia, é visível o que está acontecendo. Houve um aumento muito grande de investimentos e, hoje, por exemplo, a telefonia celular passou de 600 mil celulares para 18 milhões de celulares em três anos. E o atendimento à demanda reprimida de telefone fixo foi imensa, embora o telefone celular tenha tido um desenvolvimento até maior, em termos de taxa de crescimento, do que o telefone fixo e os preços tenham caído consistentemente. Antes de ter a telefonia, ter um telefone implicava colocar na relação dos bens no Imposto de Renda um telefone. Hoje, isso sumiu porque o acesso é mais fácil, é mais barato e se popularizou, pelo menos sob a forma de telefone celular. E esses órgãos que controlam são obrigados a controlar a universalização do serviços.

Ainda na próxima semana – eu creio, ou nessa, nem me lembro – o Ministro Pimenta da Veiga vai me telefonar de uma aldeia indígena lá no Amazonas, que vai ter telefone, telefone celular, e as empresas são obrigadas a colocar, pelos contratos, telefones públicos em cada município de mil habitantes. Em cada grupo de 300 habitantes tem que haver um telefone, algo assim, não sei exatamente o número. Mas o fato é que existe uma preocupação social, quer dizer, é preciso que haja um atendimento à população.

Obviamente, no caso do petróleo, a Agência Nacional do Petróleo tem, também, a função reguladora importante. A Petrobras passou a ter competição. Na semana passada, anunciei que a Petrobras, na Bacia de Campos, passou a produzir 1 milhão de barris e, no seu conjunto, 1 milhão e 300 mil barris. Conseguimos financiamento japonês, basicamente, e talvez seja o maior contrato de financiamento da nossa História – não sei quantos países terão uma proporção dessas – de 4 bilhões e 500 milhões de dólares para assegurar a expansão da produção da Petrobras de tal maneira que nos próximos 3 ou 4 anos possamos atingir 1 milhão e 850 mil ou 1 milhão e 800 mil barris por dia, aproximando-nos da auto-suficiência do petróleo. Tomara que não consigamos já, porque se não conseguirmos já, quer dizer que a expansão do consumo foi maior ainda, então isso vai incentivar a produzir mais, etc. E isso é só a Petrobras, porque o

resultado do investimento estrangeiro no petróleo, por enquanto, não aparece em termos de produção. Aparece noutros termos. Quais termos? Está aí, de novo, a Agência Nacional do Petróleo: é que existe compromisso da contratação de uma certa porcentagem: 40, 50, 60% dos equipamentos em indústrias do Brasil. Então, a Agência Nacional do Petróleo tem que olhar nos contratos que faz se, efetivamente, as empresas ao investir estão ampliando a produção.

A Anatel não tem – suponho – nos contratos, esse mesmo tipo de compromisso, mas o BNDES, sim. E, ao mesmo tempo em que está havendo a expansão da rede de telefonias, está havendo a expansão da produção de componentes de telefones. Está havendo, agora, a expansão da exportação de componentes e de telefones. Enfim, há uma toda transformação na estrutura produtiva que está em marcha e que requer uma ação competente do Estado. Requer uma ação permanente do Estado, e competente. Portanto – se bem que eu disse que o Estado Nacional tem menos condições de um certo tipo de política, por causa das transformações a que já me referi no início da palestra –, isso não quer dizer que ele não tenha até mais condições de ação, numa outra visão, e para outros tipos de responsabilidades que são responsabilidades do Estado.

Obviamente, essa modernização do Estado (descrevi só alguns aspectos), implica muitas outras modificações. É claro que na área de educação, na área de saúde, na área de questões de terra, não se trata de privatização nem de terceirização, trata-se, ao contrário, de um Estado menos clientelista e menos corporativo.

Aí o tema é outro. Se, no caso do setor produtivo, o tema é a criação de agências competentes, e suscitar investimentos que produzem efeitos em cadeias no setor produtivo nacional, no caso das áreas sociais, a questão é de outra natureza, é descentralização. Estamos fazendo fortemente a descentralização, para suscitar que o controle da sociedade aumente. Permitam-me duas ou três reflexões sobre essa questão. Questão delicadíssima, a da descentralização.

Da mesma maneira que no passado, o Estado centralizava investindo – centralizar é forte, mas tinha uma boa proporção do investi-

mento e das regras, etc. Também o Estado Nacional central, a União, tinha uma ação direta em alguns aspectos da saúde e da educação. Com a Constituição de 88, isso começou a ser modificado.

Na questão da saúde, a Constituição de 88 criou o Sistema Único de Saúde. Esse Sistema Único de Saúde está sendo implementado pelo meu governo. Era um desenho da Constituição. Havia algumas tentativas mas não tinha sido implementado. Agora está sendo implementado.

O que significa isso? Significa que o Governo Federal passa recursos para os estados e municípios, que têm que executar uma série de, enfim, de funções. Esses recursos, em parte, vão diretamente para a questão da medicina curativa, hospitais, ambulatórios. Outra parte é para a medicina preventiva.

No meu governo, estamos dando ênfase à medicina preventiva. Não é que não estejamos fazendo a curativa, o SUS está tendo um aumento grande. Na saúde, o crescimento do investimento passou de 14 bilhões para 20 bilhões de reais. E a saúde gasta quase a metade do dinheiro disponível do Governo Federal, para custeio e investimento, quase a metade, são 40 e tantos por cento. Bom, mas esse recurso é transferido. É transferido de acordo com certos critérios. O Ministério da Saúde tem certas normas. Alguns municípios têm o que chamam de gestão plena. Outros não têm a gestão plena, quer dizer, o grau de controle que tanto o Estado quanto a União exercem sobre os recursos. Varia de acordo com essas classificações.

Agora, obviamente isso faz com que o Governo Federal perca a capacidade de ele próprio fiscalizar e controlar. E também perde a capacidade de ser reconhecido pelo que faz, porque o que faz aparece sob a forma local, do município ou do estado. Mas é uma questão política, digamos, de menor importância. Pode ser maior para mim, mas de menor importância para o País. Então, o que acontece é que é preciso criar formas de controle da própria sociedade. Existem mecanismos. Teoricamente. Em cada município há um Conselho Municipal de Saúde. E esse Conselho é composto por agentes da comunidade, representantes do sindicatos, das igrejas, das oposições, enfim, é o processo democratizador.

Não se pode imaginar de um país centralizado, como sempre foi o Brasil, de escassa sociedade ativa, que, do dia para a noite, essa sociedade passe a tudo controlar. Ela tem dificuldades nisso. Se olharmos um país como os Estados Unidos, que vêm de uma formação, diria que nesse aspecto quase oposta do Brasil, de comunidades muito ativas, é mais fácil entender a municipalização, a ação local.

Num país como o Brasil, estamos descentralizando sem que haja uma cultura local de responsabilidade pessoal e de controle social pelas decisões. A própria mídia, que é o instrumento mais importante de controle social, se orienta muito mais para o Governo Federal e para os governos estaduais, que para o município. Nós temos 5.513 municípios. É quase impossível haver o controle. Os próprios tribunais de contas têm dificuldade. Não espanta, portanto, que, em geral, os vícios de desvios de recursos – às vezes não é nem de recurso – da utilização na finalidade prescrita de um dado recurso, ocorra muito mais em nível local do que, como no passado, em nível federal, porque os recursos estão muito mais em nível local do que federal.

O Governo Federal passou a ser o repassador de recursos. Um inspirador de políticas tem que ser, até certo ponto, também um controlador, mas tem que induzir a sociedade a uma ação mais ativa.

Isso que eu disse sobre a saúde vale para a escola também. Mas estamos fazendo um imenso esforço de descentralização. Isso está em marcha.

Um dos programas mais importantes, na área social, no meu modo de ver, é o programa que foi feito, chamado Fundef, que é a transferência de recursos federais e estaduais para os municípios, de tal maneira que estes têm uma porcentagem obrigatória para pagar à escola primária e melhorar o salário do professor primário, e melhorar as condições de trabalho das escolas primárias. Isso teve um efeito muito grande, sobretudo no Nordeste, que é a área mais pobre. Isso está sendo feito em grande escala. E isso tem nos permitido, também, avançar. Hoje, temos, em nível de atendimento de escolas, no Ensino Fundamental, 96% das crianças brasileiras.

Ainda hoje, repetei o que eu repito sempre – até pedi que distribuíssem aos senhores aqui, um folheto com alguns dados, na área social – que a transformação do Ensino Fundamental básico em termos quantitativos foi de tal monta, que, agora, temos que fazer face a uma demanda de 10 milhões de matrículas no Ensino Médio nos próximos quatro anos. Dez milhões de matrículas. É uma transformação muito forte que está ocorrendo no sistema educacional brasileiro. Naturalmente, de agora por diante, a crítica vai ser a qualidade. É necessário que seja, mas primeiro a quantidade para forçar, e depois vem a qualidade e o aprimoramento, o aperfeiçoamento.

Estamos fazendo um sistema de treinamento a distância, sobretudo para os professores. Enfim, há muitos programas nessa área. E todos eles vão orientados na descentralização. As escolas recebem dinheiro diretamente do Ministério da Educação. Cada diretora de escola. Com a condição de que haja uma comissão de pais e mestres, uma associação de pais e mestres, para saber o que ela vai fazer com aquele dinheiro. Dinheiro que aqui pode parecer nada – quinhentos reais, mil reais – mas que é uma revolução numa escola do interior do Brasil, porque, daqui de Brasília como é que vai se saber se precisa fazer um banheiro novo, comprar uma cadeira, melhorar o quadro negro, comprar livros? Nós não sabemos. Então, dá-se a responsabilidade para a diretora. E se faz. E cria-se, e estimula-se a criação das associações de pais e mestres, para que isso possa funcionar de uma maneira mais correta.

No caso da educação, pode haver, eventualmente, um ou outro desvio de finalidades, mas no geral, não. No geral, os resultados são mais bem positivos. Os dados educacionais mostram claramente esse avanço. Hoje, quando olharmos, por exemplo, o grau de analfabetismo nas pessoas de até, digamos, 17 anos, caiu fortemente. Mesmo em geral, na média da população. Os mais velhos têm uma taxa maior de analfabetismo. Os mais moços, uma taxa já muito pequena. Então, daqui a dez anos, o analfabetismo deixa de ser um problema vergonhoso para nós. Isso não é algo que se vai fazer. Está sendo feito, está em marcha, está em funcionamento. Agora é um processo.

A área social não se resolve num momento. É um processo, toma tempo, precisa de persistência, precisa de rumo, precisa de clareza de concepção, precisa de decência, precisa de evitar o clientelismo, as nomeações partidárias. Isso praticamente acabou nas áreas que estou mencionando aqui, de saúde, Funasa, de educação e agora da reforma agrária.

Formalmente, estamos criando critérios mais objetivos. É difícil mudar a cabeça das pessoas, mudar a cabeça de todos nós. Não quero acusar ninguém. Todos nós temos que mudar a nossa cabeça, para entender um processo que não é o processo tradicional, é que fulano indica beltrano e não sei o que lá. E que o dinheiro venha centralizado daqui. Vai carimbado para ali. Não pode ser assim. Mas isso é a formação de uma sociedade democrática, que requer, portanto, um desenvolvimento de outra natureza.

Vai nessa mesma linha o que se está fazendo com a reforma agrária. Não vou entrar em detalhes. Isso é mais conhecido. Costumo dizer, para ser mais expressivo: nesses cinco anos e meio de governo desapropriei duas Bélgicas, 16 milhões de hectares de terra. Quer dizer, é muita terra. Com muitos problemas, porque tem que fazer, tornar o assentado um agricultor familiar produtivo. Não é fácil. Muitos não têm treinamento efetivo de agricultura. É preciso ter recursos financeiros. Não havia nenhum programa para agricultura familiar, não só para os assentamentos. Este ano temos – não havia, era zero em 94, e este ano são – em 95 ainda era zero – 3 bilhões e 600 milhões de reais que vão sendo aplicados. Vai levar tempo, dez anos, sei lá quantos anos. Mas ninguém pode governar pensando no dia de amanhã. Tem que pensar no futuro, no País. Então, o processo está desencadeado.

Esses vários processos nas áreas sociais fazem referência a um outro processo, uma outra área que me parece que é fundamental nesta visão de um Brasil que se atualiza para poder participar desse mundo de que comecei falando aqui muito rapidamente.

E há a questão relativa ao desenvolvimento científico e tecnológico. Estamos cuidando de educação de base, estamos tratando de ver se a questão da saúde melhora. Criamos já, temos 125 mil agentes

comunitários de saúde. Isso é uma coisa muito importante, porque vai à casa das pessoas mais pobres, sobretudo, não só no Nordeste. Agora, começamos nas periferias também, mas basicamente Norte e Nordeste, Centro-Oeste também tem. Já temos hoje mais de 20 mil equipes de família, de médicos de família. Um médico, uma enfermeira, duas assistentes de enfermagem e alguns agentes comunitários de saúde andando pelas áreas mais pobres do Brasil.

Ainda ontem, tive uma reunião com os governadores da Amazônia, por causa da questão da malária, que é uma questão que nos preocupa. Ao mesmo tempo em que, por meio do SUS, a medicina curativa está, enfim, está sendo efetiva, dentro das nossas possibilidades. A medicina preventiva está avançando também. Acabamos com muitas dessas doenças, não esse governo, o Brasil acabou com muitas dessas doenças que nos atormentavam no passado.

Sarampo, por exemplo, estamos tentando chegar a zero. E por aí vai. Poliomielite, essas campanhas de vacinação maciça que são muito importantes. Tínhamos quatro vacinas que se davam de uma vez só para a criança. Agora, vão ser seis para moléstias diferentes. Algumas dessas moléstias são persistentes, como a malária. Não há vacina para a malária. Então, tem que ser um trabalho mais do dia-a-dia, de fazer, borifar os venenos para os mosquitos morrerem. Desde cuidados ambientais, até o tratamento imediato do portador da malária. Enfim, é toda uma coisa muito complexa.

Então, ao mesmo tempo temos que olhar para essa base da sociedade, a mais sofrida, são os famosos excluídos, que não são nem capazes de dizer se melhorou ou piorou a situação de vida deles, porque não são ouvidos, até hoje. Mas é isso que conta.

Temos que pensar no futuro, é pensar nessa gente mais sofrida, mas ao mesmo tempo, temos que ver o nosso desenvolvimento científico e tecnológico, sem o qual nós não vamos ter inserção possível nesse mundo globalizado. Se quisermos ter autonomia, motivada pelo nosso interesse nacional, tem que haver desenvolvimento científico e tecnológico. Bem, em cada uma dessas áreas que foram privatizadas, criamos um fundo para o desenvolvimento científico e tecno-

lógico. Por enquanto, um está funcionando, é o do petróleo. O Congresso aprovou mais cinco ou seis agora: telefonia, águas, vários, não sei se medicina já foi criado, enfim, serão vários.

O do petróleo está rendendo já, se aproximando de 150 milhões de reais por ano. No conjunto, esses fundos todos – repito – estão criados. Ano que vem já devem estar funcionando. Eles devem render cerca de 1 bilhão de reais. Ao redor de 1 bilhão de reais. Para quê? Vinte por cento vão ser para ressarcir as universidades, porque elas se queixam muito, e com razão, de que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – oferece um projeto, uma bolsa, ou um projeto de pesquisa, ou a Comissão de Aperfeiçoamento do Ensino Superior – Capes – ou órgãos estaduais, a Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo – Fapesp – mas a pesquisa é realizada na universidade. Portanto, a universidade tem um custo, tem um desgaste, não tem o material, falta base na universidade. Então, 20% desses recursos serão destinados às universidades, para utilização, para reforçar a sua estrutura.

Fizemos um outro programa, também de equipamento, que foi terminado agora. Mas, além disso, temos esse programa específico. Serão 200 milhões de reais para as universidades ano que vem, renováveis e extra-orçamentários. Tudo isso é extra-orçamentário. E o resto vai ser para projetos que podem ser feitos na universidade, por ela, fora dela, nas empresas, em cooperação e na base de competição: apresenta o projeto e é financiado. Espero que isso tudo funcione.

Tenho uma longa experiência de funcionário nessas áreas de pesquisa. Ajudei a fundar a Fapesp em São Paulo, quando era professor lá. Eu era assistente ainda. Mas era do Conselho Universitário. A Fapesp é um exemplo de instituição.

Nós temos o CNPq, que é um órgão que tem mais de 50 anos que foi criado. Ao mesmo tempo em que foi criado o CNRS, na França, temos o National Scientific Foundation nos Estados Unidos, criado em 51. Nós não estávamos atrasados nisso. O CNPq vem funcionando. Nós temos hoje, não sei exatamente quanto, mas vamos imaginar que são 50 mil bolsas por ano. São mais. Você multiplica por 50

anos, vê-se que são dois milhões e meio de pessoas que receberam bolsas. É boa massa de gente. Vamos dizer que 20% sejam bons, é muita gente. Já dá para pensar em termos de ciência e tecnologia.

Tecnologia é um pouco mais atrasado, mas estamos avançando. As escolas militares têm um desenvolvimento tecnológico importante. Fizemos muitas coisas importantes, acredito que com essa experiência. Eu tive experiência nos Estados Unidos. Eu fui, durante muitos anos, membro do Social Sciences Council nos Estados Unidos. E o mecanismo era este, o Brasil apresenta o projeto de pesquisa, se dá um *grant*, um pequeno recurso para a pesquisa. Isso tem um efeito seminal enorme.

Bom, acho que temos condições de avançar muito nessa área. Mas além de termos condições de avançar, nós avançamos muito. E por que lhes falo de ciência e tecnologia neste momento? É para juntar com o que eu disse há pouco sobre investimento. Hoje, a decisão de investimento não tem mais a ver, a não ser em casos extremos, com recursos naturais e mão-de-obra barata. Esses recursos são do passado.

Ninguém, nenhum país vai ser grande porque tem muita riqueza natural e muita mão-de-obra. No passado, esse foi um recurso importante. Ainda é, evidentemente que é bom ter ouro, é bom ter ferro, é bom ter tudo isso, mas o que é bom mesmo é ter a tecnologia para poder tirar isso tudo de uma maneira competente e ter capacidade de investir, e ter redes de comercialização, e ter a capacidade de decidir sobre o que vai fazer, com quem vai se associar, como é que vai se lançar nesses mercados globais. Isso tudo requer capacitação técnica e científica.

Passa a ser decisivo ter essa capacitação. Assim como passa a ser decisivo ter, portanto, educação. Como passa a ser decisivo ter boa saúde. Saúde para a população, para o povo. Não é saúde para elite, porque essa sempre tem. Saúde para o povo. Ter uma condição média de vida melhor. Hoje, quem pensar em economia separada do social ou vice-versa é anacrônico. Infelizmente, temos muitos anacrônicos entre nós, de um lado e do outro. Gente que só pensa do ângulo econômico e gente que pensa só no lado social. Não pode. Primeiro que, sem o desenvolvimento social sustentado também, não vai haver desenvolvimento econômico sustentável e vice-versa. Tem que haver essa compreensão.